



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



22 de outubro de 2007

Vol. 2 No. 14

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Agricultura: tímidos progressos e grandes divergências	1
EUA notificam à OMC seus gastos com subsídios entre 2002 e 2005	3
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Brasil pede liberalização dos biocombustíveis e conturba negociações de bens ambientais	4
Banco do Sul avança em seu processo constitutivo	6
BREVES INFORMES MULTILATERAIS	7
OMC: EUA não cumprem decisão sobre disputa do algodão com o Brasil	7
FMI prevê menor crescimento mundial em 2008, mas afirma que o comércio pode reduzir desigualdades	8
BREVES INFORMES REGIONAIS	9
Aprovadas novas medidas <i>antidumping</i> às importações brasileiras	9
Argentina e Brasil elaboram proposta sobre TED nas negociações sobre subsídios à pesca	10
EVENTOS	11
Fóruns Multilaterais	11
Fóruns Regionais	12
INFORMAÇÕES ÚTEIS	13

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Agricultura: tímidos progressos e grandes divergências

Pelo fato dos Membros da OMC não avançarem nas negociações de subsídios agrícolas e cortes tarifários na Rodada Doha, as negociações em Genebra têm sido focadas em uma série de assuntos secundários e técnicos, de forma a facilitar a futura conclusão de um acordo se e quando os Membros fizerem as concessões necessárias à superação de suas diferenças.

O Embaixador da Nova Zelândia, Crawford Falconer, que preside as discussões agrícolas, afirmou durante uma reunião aberta a todos os Membros da OMC em 15 de outubro, que as intensas consultas das semanas precedentes resultaram em um “nível razoável de progresso”. As discussões ocorreram entre 36 delegações que representam os diferentes interesses presentes nas negociações.

Um delegado afirmou, entretanto, que apesar dos avanços serem consideráveis em alguns assuntos específicos, de modo geral o progresso foi “bastante limitado”.

Desde o início de setembro, as negociações foram baseadas em parâmetros gerais para um acordo potencial estabelecidos no esboço de texto publicado por Falconer em julho passado. Ele indicou que planeja publicar uma versão revisada de seu texto com base nas discussões dos Membros. O novo esboço de texto deverá apresentar provisões mais específicas para os diversos assuntos que o texto de julho não abordou em grande detalhe.

Alguns delegados sugerem que Falconer deve publicar o texto revisado na segunda metade de novembro – um mês após a data esperada originalmente. Para eles, as negociações atuais têm o objetivo de estabelecer uma série de assuntos técnicos que ainda não foram resolvidos, de forma a deixarem os ministros livres para solucionar as questões políticas.

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

Tais assuntos técnicos incluem, por exemplo, a metodologia utilizada para calcular o consumo doméstico de determinado produto alimentício. Isto é importante ao passo em que poderia tornar-se a base para o cálculo de quotas de importação futuras para *commodities* agrícolas “sensíveis”, que serão protegidas dos cortes tarifários gerais.

Concorrência de exportação: algum progresso

O tema concorrência de exportação abrange diversos tipos de apoio governamental para exportação de produtos agrícolas e é o terceiro e último “pilar” contencioso das negociações agrícolas (os demais são subsídios domésticos e acesso a mercado). Tais formas de apoio variam desde subsídios diretos até ajuda alimentar, programas de crédito à exportação e funcionamento de empresas estatais.

Fontes relatam que Falconer afirmou aos Membros que as recentes consultas da “Sala E” – que congregaram representantes de 3 dúzias de delegações – esclareceram diversos assuntos que haviam sido deixados em aberto em seu esboço de texto de julho. Parece haver esperança para as negociações sobre regras relativas à ajuda alimentar, de modo a evitar que, em situações de emergência, os alimentos não viessem a ser um pretexto de apoio às exportações agrícolas. Um assunto político ainda não resolvido é o tratamento da “monetização”, que se refere à venda de alimentos doados para levantar fundos para projetos de desenvolvimento. Alguns países africanos pediram que a monetização seja permitida somente em circunstâncias excepcionais.

As novas disciplinas para prevenir que créditos à exportação sejam tão generosos que se tornem subsídios têm apresentado maior dificuldade de negociação. Diferenças persistem quanto ao período máximo de pagamento, bem como ao período no qual programas de crédito seriam auto-financeáveis. Também existem diferenças quanto a empresas estatais podem manter poder de monopólio sobre as exportações agrícolas.

Consultas permanecem técnicas

As consultas de “Sala E” continuaram na semana passada e delegados relataram que o principal foco foi apoio doméstico. O próximo tema a ser tratado deve ser acesso a mercados.

Os altos valores gastos pelos maiores subsidiadores são um assunto extremamente político, que deverá ser resolvido por Ministros e oficiais seniores. Diversos Membros acreditam que uma concessão por parte dos

EUA em Apoio Global Distorcivo (OTDS, sigla em inglês) é essencial para o sucesso da Rodada Doha.

Diversos outros assuntos também devem ser abordados nas negociações sobre subsídios. Fontes afirmaram, por exemplo, que delegados exploravam as possibilidades de potenciais compromissos para as regras que regulamentam a “caixa verde” de subsídios – pagamentos isentos de reduções tarifárias que supostamente causam distorções nulas ou mínimas ao comércio.

Diversos países em desenvolvimento (PEDs), inclusive o grupo G-20, questionaram o real impacto dos bilhões de dólares contidos na “caixa verde” de países ricos sobre o comércio e a produção. Tais Membros têm buscado regras mais rigorosas para estes pagamentos para assegurar que eles sejam, efetivamente, não distorcivos.

Paralelamente às discussões de “Sala E”, um grupo de 12 Membros influentes continuaram a reunir-se para trocar idéias sobre diferentes aspectos das negociações. Participantes descrevem as sessões do chamado G-12 – grupo que inclui Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, União Européia, Índia, Jamaica, Japão, Indonésia, África do Sul, e EUA – como um fórum para o aprofundamento do entendimento dos Membros sobre as posições de cada um.

Um diplomata de comércio afirmou que as recentes discussões do G-12 abordaram a questão dos “produtos especiais” que os PEDs poderão proteger das reduções tarifárias. Ainda de acordo com estes relatos, alguns Membros buscaram explorar a possibilidade de diminuir os “indicadores” propostos para a classificação de produtos como “especiais”. Outros, entretanto, afirmaram que o método geral para a designação de produtos especiais – baseado somente nos indicadores, no número de produtos ou em uma combinação dos dois – precisaria ser discutido primeiro.

Os objetivos do G-12, entretanto, permanecem obscuros. O G-12 não é uma plataforma de negociação, de acordo com um oficial de comércio consultado. Ele sugeriu que, apesar de alguns Membros desejarem que o grupo produza textos que complementem as discussões multilaterais, nem todos estão de acordo.

Espera-se que Falconer inicie uma rodada intensiva de negociações com os Membros em 29 de outubro, como forma de preparação para a revisão de seu texto. Falconer poderá pedir, ainda, mais uma semana de discussões em meados de novembro para completar seu texto final.

O texto revisado de Crawford Falconer deverá ser publicado em conjunto com o esboço de texto para o acordo sobre bens industriais. Os presidentes dos demais comitês de negociação também devem apresentar esboços de texto, o que pode representar uma versão prévia de um acordo da Rodada Doha.

Uma avaliação otimista leva a crer que se um acordo for possível a esta altura, Ministros e oficiais seniores podem reunir-se em dezembro próximo em Genebra para finalizar um acordo.

Todavia, mesmo que os Membros consigam alcançar um acordo até lá, não é certo que a administração nada popular dos EUA seja capaz de assegurar a aprovação do mesmo pelo Congresso, especialmente em ano de eleições.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest* - Vol. 11, No. 35 17 out. 2007.

EUA notificam à OMC seus gastos com subsídios entre 2002 e 2005

O secretário de agricultura em exercício dos Estados Unidos da América (EUA), Check Conner, anunciou que no dia 4 de outubro, os EUA notificaram à OMC seus gastos com pagamentos de apoio doméstico à agricultura no período entre 2002 e 2005.

Os apoios notificados foram os seguintes:

Subsídios notificados como caixa amarela: US\$ 9,6 bilhões em 2002; US\$ 6,9 bilhões em 2003; US\$ 11,6 bilhões em 2004; e US\$ 12,9 bilhões em 2005.

Subsídios notificados como caixa verde: US\$ 58,3 bilhões em 2002; US\$ 64,1 bilhões em 2003; US\$ 67,4 bilhões em 2004; US\$ 71,8 bilhões em 2005.

Os subsídios de caixa amarela são tipos de apoio que causam altas distorções ao comércio internacional, porém são permitidos pelas normas de OMC desde que atendam a determinados limites negociados por cada Membro de acordo com a Medida Global de Apoio (MGA). Segundo Conner, a notificação dos EUA à OMC informou que os apoios que geram distorções ao comércio internacional permaneceram abaixo do limite de US\$ 19,1 bilhões, o que demonstra que os EUA cumpriram com suas obrigações perante a OMC.

Deve-se lembrar, entretanto, que no início deste ano, o Canadá iniciou uma disputa na OMC contra os EUA, por entender que os EUA concedem apoio aos seus

produtores agrícolas com valores superiores aos compromissos assumidos na Rodada Uruguai para subsídios de caixa amarela. O Canadá entende que os EUA excluem indevidamente da contabilidade apresentada à OMC, o apoio interno que concedem aos seus produtores, como os pagamentos por contrato de produção flexível, os pagamentos diretos e anticíclicos ao trigo, milho, sorgo em grão, cevada, aveia, algodão, arroz, favas de soja e outras sementes oleaginosas. Para o Canadá, estes pagamentos deveriam ser incluídos na MGA. Se isso fosse feito, a MGA total excederia os limites autorizados. Esta tese também é sustentada pelo Brasil, que iniciou igualmente uma disputa na OMC contra os EUA em julho passado.

Enquanto Conner afirma que os EUA cumprem completamente suas obrigações na OMC, o Comitê de Agricultura do Senado estadunidense realiza hoje, 22 de outubro, sua sessão de comentários ao esboço do texto da Ata nº 2419 de Granjas, Alimentação e Bioenergia, conhecida como *Farm Bill 2007*, aprovada em julho pela Câmara de Representantes dos EUA (ver *Puentes Bimestral*, v. 8, n. 4, setembro de 2007).

A previsão é de que a nova *Farm Bill*, que valerá para o período de 2008 a 2012, incremente o total de gastos diretos com apoios domésticos em cerca de US\$ 5.800 milhões em relação à *Farm Bill* de 2002, que expirou em 30 de setembro passado. Desta forma, o gasto total poderia ser de US\$ 286.000 milhões para o novo período mencionado, ou seja, US\$ 36 bilhões a mais que a proposta original da administração Bush. Deste valor, US\$ 42 bilhões irão diretamente para os bolsos dos agricultores na forma de subsídios diretos. A *Farm Bill* contém subsídios de caixa amarela, azul e verde.

A sessão do Comitê de Agricultura, que ocorre hoje, havia sido prorrogada diversas vezes devido ao fato de a bancada democrática deste Comitê negar-se a estabelecer uma data antes de resolver de onde proveriam os novos ingressos necessários para financiar os incrementos aos apoios da *Farm Bill*. Esta dificuldade foi superada no início de outubro, quando o Comitê de Finanças do Senado aprovou a Ata de Habitat, Colheita e Horticultura 2007 que contém um pacote de impostos agrícolas que arrecadará US\$ 9 bilhões para ajudar a financiar a *Farm Bill*. Esse financiamento foi possível a partir de uma mescla de impostos internos e tarifas de importação de produtos agrícolas aos EUA.

Até o momento, o Senado estadunidense não publicou nem mesmo uma versão preliminar da *Farm Bill 2007*. Analistas estimam, entretanto, que grande parte do aumento dos gastos são atribuídos a despesas com alimentação, que incluem programas como vale-

alimentação para populações carentes; a pagamentos por desastres naturais; e a incentivos às energias renováveis, tais como créditos fiscais para a produção de etanol e financiamento de novos biocombustíveis. Por esta razão é que a Ata de Habitat contém disposições específicas que indicam não somente de onde virá o financiamento para os novos gastos da *Farm Bill*, mas também para onde este deverá ser direcionado primeiramente: pagamentos por desastres naturais, energias alternativas e conservação rural. Por este motivo, advogados do *lobby* agrícola, como Phillip L. Fraas, acreditam que as disposições da Ata de Habitat do Comitê de Finanças serão certamente incorporadas à *Farm Bill* que deverá ser redigida pelo Comitê de Agricultura do Senado. Desta forma, haverá um único instrumento legislativo sob o nome *Farm Bill*.

Outro tema que pode ser incluído na *Farm Bill* é a legalização de trabalhadores agrícolas sem documentos. Ativistas agrícolas fizeram *lobby* no Senado para que se legalize a situação de mais de um milhão de trabalhadores agrícolas, a maioria da Califórnia. A estratégia central é incluir a legalização dos trabalhadores na própria *Farm Bill*, vez que a tentativa de uma reforma migratória falhou. Bruce Goldstein, diretor executivo do *Farmworker Justice Fund*, afirmou que agricultores e ativistas visitaram diversos legisladores e parece haver interesse em avançar o tema, que fez parte da falida reforma migratória integral. Apesar de contar com o consentimento de vários senadores republicanos e democratas, a proposta – que é apoiada pela Senadora democrata da Califórnia, Dianne Feinstein – conta com a férrea oposição de Saxby Chamblis, o republicano de maior hierarquia no Comitê de Agricultura. Feinstein advertiu que os agricultores arrendaram mais de 46 mil acres na baixa Califórnia e em Guantanamo por causa das pressões contra a contratação de mão de obra ilegal em seu próprio país.

Em julho deste ano, a Câmara de Representantes dos EUA aprovou sua versão final da *Farm Bill* por 231 votos a favor a 191 votos contra. Essa versão deverá ser confrontada agora com a própria *Farm Bill* do Senado, muito similar à primeira. Se houver acordo entre os textos, uma versão final e única será enviada à Casa Branca para sua ratificação como lei da República.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. IV, No. 18, 16 out. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Brasil pede liberalização dos biocombustíveis e conturba negociações de bens ambientais

Em 2 de outubro, o Brasil conturbou as negociações da Rodada Doha sobre a liberalização de bens ambientais ao pedir que os biocombustíveis fossem incluídos nos cortes tarifários acelerados. Diplomatas de comércio discutiram a proposta em reunião informal da sessão especial do Comitê de Comércio e Meio-Ambiente da OMC (CTE-SS, sigla em inglês).

De acordo com o documento, as negociações devem encorajar uma maior participação dos países em desenvolvimento (PEDs) neste comércio [de bens ambientais] e promover a capacidade de desenvolvimento de indústrias de bens ambientais (JOB (07/146)). Para isto, as negociações devem resultar em “melhorias no acesso a mercados para as exportações de bens ambientais agrícolas”. O Brasil, um dos maiores produtores de etanol do mundo, afirmou que “os biocombustíveis são, em sua essência, um bem ambiental”, e defendeu a redução das barreiras comerciais sobre eles.

Em 2001, o mandato de Doha instruiu os Membros a negociarem “a redução ou, conforme apropriado, a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias a bens e serviços ambientais”. Os governos, no entanto, não chegaram a um acordo quanto à melhor maneira de determinar os produtos passíveis de liberalização acelerada.

Um grupo constituído principalmente por países desenvolvidos (PDs) sugere que os Membros criem uma lista de bens ambientais. Índia e Argentina alegam que isso não garante a utilização dos produtos para fins ambientais, e defendem, em vez disso, cortes tarifários para bens utilizados em atividades ambientais específicas, presentes em uma lista previamente negociada. A lista poderia incluir, entre outras atividades, o controle de poluição do ar, uso da água, conservação do solo, gerenciamento de resíduos e energias renováveis.

O documento brasileiro afirmou, ainda, que a lista de bens ambientais atualmente em debate consiste, principalmente, em “produtos industriais altamente sofisticados (...) bastante acima da capacidade dos PEDs” e sugeriu maior foco em “bens ambientais agrícolas”, os quais mal estão presentes na lista atual. Fontes relatam que muitos Membros, exportadores agrícolas competitivos e importadores agrícolas relutantes, criticaram a designação de produtos agrícolas como bens ambientais.

Biocombustíveis como bens ambientais

A afirmação brasileira de que “os biocombustíveis são, em sua essência, um bem ambiental” e que, por esse motivo, merecem receber cortes tarifários acelerados, foi recebida com desânimo. Canadá e Cuba mencionaram preocupações ambientais relacionadas à produção de biocombustíveis. União Européia (UE), Coréia e Austrália expressaram ceticismo e os EUA não comentaram a esse respeito.

É muito improvável que a proposta de cortes tarifários profundos encontre votos favoráveis nos PDs, já que a maioria deles aplica altas tarifas sobre o etanol brasileiro. Os EUA, por exemplo, aplicam uma tarifa de mais de US\$ 0,14 por litro de etanol, a fim de proteger sua indústria de etanol derivado do milho (muito influente politicamente). As tarifas da UE correspondem quase ao dobro desse valor.

Os méritos ambientais dos biocombustíveis constituem objeto de intenso debate. Ronald Steenblik, diretor de pesquisa da *Global Subsidies Initiative*, afirmou que o etanol derivado de plantações de cana de açúcar já existentes possui propriedades de equilíbrio energético e de mitigação de gases do efeito estufa. Alertou, no entanto, que os benefícios ambientais da substituição de combustíveis fósseis pelos biocombustíveis podem ser potencialmente comprometidos se vastas áreas de savanas e florestas começarem a ser cultivadas.

Debate sobre o processo de demanda e oferta

Fontes destacaram que a proposta brasileira foi inovadora ao sugerir um método alternativo para a identificação de bens ambientais, que consiste no processo de demanda e oferta. Segundo este, após uma série de “rodadas de ofertas”, cada país pediria a seus parceiros comerciais que cortassem tarifas sobre bens agrícolas ou não-agrícolas em relação aos quais se poderia esperar benefícios ambientais. Os países determinariam, então, se tais pedidos de liberalização poderiam comprometer o desenvolvimento de suas indústrias e indicariam os bens ambientais cujas barreiras tarifárias estivessem prontas a ser removidas.

Delegados relatam que a maior parte dos PDs apoiava o processo de “demanda e oferta”, mas alguns representantes de PEDs sugeriram que o método era confuso e consumia muito tempo. Os EUA descreveram-no como “útil”, já que o resultado das negociações foi significativo.

Alimentos orgânicos citados na sessão de barreiras não-tarifárias

A proposta brasileira trouxe à tona a idéia de incorporar os produtos orgânicos à lista das negociações de bens ambientais. O Brasil afirmou que o CTE-SS deveria solicitar aos comitês relevantes da Comissão de *Codex Alimentário*, que determina padrões mundiais de alimentos em nome da ONU, que desenvolvessem padrões para alimentos orgânicos. A proposta brasileira sugere que tais padrões internacionais poderiam substituir “o conjunto extensivo e, por vezes, conflitivo de padrões e de legislações” dos Membros da OMC, a fim de facilitar as exportações e encorajar o crescimento do potencialmente vasto setor de alimentos orgânicos. O documento ainda afirma que a remoção de barreiras comerciais “beneficiaria o comércio, o meio-ambiente e o desenvolvimento”. Este tripé constitui um objetivo explícito da Rodada Doha.

Alguns delegados expressaram preocupação quanto às implicações de um tratamento tarifário especial para produtos orgânicos em contraste aos não-orgânicos, já que isso abriria portas para uma discussão sobre se a diferenciação dos produtos com base nos “processos e métodos de produção” (PPMs, na sigla em inglês) é adequada. A Austrália e a Coréia expressaram ceticismo quanto à possibilidade de classificar alimentos orgânicos como bens ambientais.

Muitos PEDs, entre eles Colômbia, Cuba, Bolívia, Paquistão e Tailândia, apoiaram a iniciativa de desenvolvimento de padrões baseados no *Codex* para alimentos orgânicos. O delegado de um PED sugeriu que os alimentos orgânicos não poderiam ser tratados no âmbito do CTE-SS sem que se abordasse as barreiras não-tarifárias simultaneamente.

O documento brasileiro sugeriu, ainda, que as negociações podem afetar a transformação industrial dos PEDs em direção a meios de produção mais verdes. “Um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável nos PEDs é o estabelecimento de indústrias que não reproduzam os padrões de consumo de energia e esgotamento dos recursos naturais dos países desenvolvidos”.

A proposta também pediu maior transferência de tecnologia para países pobres, de modo a promover o acesso a novas tecnologias ambientais e limpas e sugeriu a criação de um mecanismo de avaliação da transferência de tecnologia relacionada a produtos liberalizados como resultado de negociações de bens ambientais.

Na próxima sessão do comitê negociador, agendada para os dias 1 e 2 de novembro, espera-se que mais propostas formais surjam em respostas à proposta brasileira. Enquanto isso, os Membros afirmam que estão refletindo sobre o documento. O presidente do

CTE-SS, Mario Matus (Chile), indicou que dará início a consultas com pequenos grupos de países, com o objetivo de esclarecer questões relacionadas à proposta brasileira.

Enquanto isso, em uma reunião do Conselho Geral ocorrida em 9 de outubro, vários PEDs voltaram suas atenções à relação entre negociações de bens ambientais e negociações mais amplas sobre bens manufaturados. A África do Sul enfatizou que o CTE-SS deveria determinar o destino dos bens ambientais não-agrícolas. O comentário foi, muito provavelmente, uma resposta à proposta apresentada por um grupo de economias – entre elas o UE e a EUA – na qual se pedia que as tarifas aplicadas a bens ambientais fossem eliminadas por meio de componentes específicos de liberalização a cada setor das negociações sobre produção.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 11, No. 34, 10 out. 2007.

Banco do Sul avança em seu processo constitutivo

Em reunião realizada em 8 de outubro, no Rio de Janeiro, os ministros de Finanças da Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela definiram que o lançamento do Banco do Sul acontecerá no dia 3 de novembro, mesma data da cúpula presidencial de seus países Membros, a ser realizada em Caracas. Confirmou-se que esta cidade sediará a instituição e que haverá duas sub-sedes localizadas em Buenos Aires e La Paz.

No dia 12 de outubro, o Presidente colombiano Álvaro Uribe afirmou que “em solidariedade e lealdade à irmandade sul-americana”, seu país integrará o Banco do Sul. O Chile ainda estuda sua entrada e participou, como país observador, das três reuniões oficiais ocorridas até o momento entre os sete países envolvidos diretamente no processo constitutivo do Banco do Sul (30 de março, em Caracas; 1 de maio, em Quito e 8 de outubro, no Rio de Janeiro).

O Ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, alertou, no entanto, que “ainda é necessário concluir importantes tarefas”. Cabe aos países, por exemplo, determinar a estrutura financeira do Banco e quanto cada uma das partes investirá na instituição. A expectativa dos líderes políticos é de que o Banco inicie suas operações já em 2008.

Memorando de entendimento

Idealizado pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o Banco do Sul foi pensado como um fundo monetário, cujo objetivo é realizar empréstimos a países latino-americanos que contem com programas de cunho social e de infra-estrutura. Mais do que isso, enxerga-se no Banco uma alternativa às já existentes organizações de empréstimos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Estas são acusadas pelo presidente venezuelano de “perpetuar a pobreza e contribuir para a inflação na América Latina”.

Embora amplamente discutido no âmbito multilateral, o primeiro passo concreto para a implementação do Banco do Sul ocorreu bilateralmente. Em 21 de fevereiro de 2007, os presidentes Nestor Kirchner e Hugo Chávez encontraram-se em Puerto Ordaz, Venezuela, com a finalidade de acelerar o processo. O resultado deste encontro foi um memorando de entendimento entre os dois países que declara a possibilidade de ingresso de qualquer Estado latino-americano ao Banco após a sua fundação.

Na visão do Presidente argentino, o memorando é um sinal positivo de que é necessário avançar para além dos discursos de intenções: “[o Banco do Sul] nasce bilateralmente, mas sem abandonar a filosofia multilateral que é a que nós pretendemos, a que desejamos, o fim último a lograr”. Kirchner compartilha a visão de Chávez de que o objetivo altruísta presente na fundação de instituições como FMI e BM encontra-se transfigurado, na medida em que “muitas vezes realizaram [principalmente o BM e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento] empréstimos à Argentina para a reforma educacional, consolidações de planos de saúde, reformas integrais regionais, mas essa era a máscara que tinha a qualidade do crédito, destinado ao pagamento do vencimento das parcelas do FMI”, critica o presidente.

O memorando assinado entre Argentina e Venezuela constitui o embrião da instituição e foi com base nele que se elaborou o acordo de constituição do Banco do Sul, que foi posteriormente assinado por Equador, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Aguarda-se a assinatura da Colômbia.

Estrutura do Banco do Sul

Dentre os pontos referentes à estrutura do Banco do Sul debatidos até o momento, aquele que parece ter gerado mais controvérsias diz respeito ao escopo da instituição. O Presidente do Equador, Rafael Correa, propôs, em consonância à idéia venezuelana, que, além de realizar empréstimos, a instituição também conceda ajuda financeira de emergência.

Diante desta proposta, o Ministro Guido Mantega pediu “modéstia e parcimônia” e defendeu que o Banco do Sul deveria exercer na América Latina o mesmo papel que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exerce no Brasil. A proposta aprovada foi a de fazer do Banco do Sul um “banco para o desenvolvimento”.

Na reunião do dia 8 de outubro, os ministros acordaram que os sete países Membros terão direito a um voto cada. Este também foi um ponto controverso, na medida em que o Brasil havia proposto uma proporcionalidade entre o aporte de capital e o direito ao voto, diferentemente da proposta venezuelana, que acabou vencedora.

Nessa mesma reunião, os ministros lapidaram o esboço da ata institucional e definiram para 3 de novembro o lançamento do Banco do Sul. A ata de fundação afirma que o Banco deve ser “auto-sustentável” e que deve ser governado pela eficiência financeira, a fim de evitar gastos adicionais e favorecer a geração de novos recursos para serem re-investidos nos países.

O esboço da ata não especifica os valores com os quais cada Membro contribuirá. Após a reunião, o Ministro Mantega afirmou que as cotas destinadas à Instituição deveriam variar entre US\$ 300 e 500 milhões. O Ministro sugeriu, ainda, que a contribuição do Brasil viria do BNDES, proposta prontamente rejeitada por seu novo presidente, Luciano Coutinho.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agencia Bolivariana de Información. “Siete países acordaron crear el Banco del Sur y su acta fundacional será firmada en noviembre”, 9 out. 2007. Disponível em: <http://www.abi.bo/index.php?i=noticias_texto_paleta&j=20071009102800&PHPSESSID=dc6abb8d95a36af82cdf24ae4f90063b>. Acesso em: 17 out. 2007.

Memorando de Entendimiento entre la República Bolivariana de Venezuela y la República de Argentina (2007). Disponível em: <http://archivos.minci.gob.ve/doc/acuerdos_suscritos_entre_venez.doc>. Acesso em: 17 out. 2007.

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información (MINCI). “Acta Fundacional del Banco del Sur será firmada el 3 de noviembre” *In Boletín Semanal*, 12 out. 2007, Ano 2, número 120, Venezuela. Disponível em:

<<http://www2.minci.gob.ve/noticiaespanol.asp?num=1338>>. Acesso em: 17 out. 2007.

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información (MINCI). “Venezuela y Argentina fortalecen unión bilateral y regional” *In Boletín semanal*, 23 fev. 2007, Ano 2, número 90, Venezuela. Disponível em: <<http://www2.minci.gob.ve/noticiaespanol.asp?num=988>>. Acesso em: 17 out. 2007.

Presidência da Nação Argentina. “Palabras del presidente Néstor Kirchner en el acto de firma de acuerdos en la República Bolivariana de Venezuela”. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.ar/>>. Acesso em: 17 out. 2007.

Presidência da República da Colômbia. “Colombia solicitó su ingreso formal al Banco del Sur”, 12 out. 2007. Disponível em: <<http://web.presidencia.gov.co/sp/2007/octubre/12/05122007.html>>. Acesso em: 19 out. 2007.

The Economist. “Hugo Chávez moves into banking”, 10 mai. 2007. Disponível em: <http://www.economist.com/world/la/displaystory.cfm?story_id=9149736>. Acesso em: 15 out. 2007.

BREVES INFORMES MULTILATERAIS

OMC: EUA não cumprem decisão sobre disputa do algodão com o Brasil

Um painel de solução de controvérsias da OMC determinou que os Estados Unidos da América (EUA) não adaptaram totalmente seus programas de subsídio ao algodão à decisão anterior do Órgão. Existe agora a possibilidade de sofrerem sanções brasileiras de bilhões de dólares.

O relatório final do painel, apresentado confidencialmente em 15 de outubro para os EUA e o Brasil, confirmou a avaliação preliminar feita em julho, afirmou um oficial brasileiro à *Associated Press*. O relatório será publicado futuramente.

O painel examinou o cumprimento pelos EUA de uma decisão da OMC de 2004 contra uma série de programas de subsídios e de créditos para produtores e exportadores de algodão. Essa decisão foi confirmada pelo Órgão de Apelação em 2005.

Desde esta decisão, o governo estadunidense aboliu alguns dos esquemas de créditos à exportação e o programa “*Step 2*” – pagamento aos produtores e exportadores de algodão dos EUA da diferença entre os preços do algodão estadunidense e as taxas de referência mundiais. Os EUA argumentaram que essas medidas teriam sido suficientes para adequar sua política à decisão da OMC.

O Brasil discordou e solicitou, em agosto de 2006, o estabelecimento de um painel para verificar o efetivo cumprimento da decisão pelos EUA. O país alegou que além do “*Step 2*” ter sido suspenso somente dez meses após o término do prazo fixado na decisão, os EUA não tomaram quaisquer medidas para abolir seus programas de empréstimos para comercialização e pagamentos anticíclicos, que surgem quando os preços globais caem. O Brasil também ressaltou que os subsídios dos EUA são responsáveis pela queda nos preços globais do algodão e pelo aumento da participação dos EUA no mercado mundial e, portanto, violam as normas de subsídios da OMC.

Um oficial de comércio dos EUA disse que o painel concluiu que as mudanças realizadas por seu país foram insuficientes para adequar as medidas questionadas – alguns pagamentos de apoio doméstico previstos na *Farm Bill* (Lei agrícola) de 2002 e as garantias de crédito à exportação – às obrigações da OMC. Ainda assim, os EUA acreditam que seus programas de subsídios já estão em total conformidade com as determinações da OMC. Os EUA devem apelar da decisão.

O Brasil busca, ainda, o direito de impor sanções anuais sobre as exportações dos EUA que podem chegar a US\$ 4 bilhões. O país indicou que não apenas procuraria impor retaliações sobre os bens estadunidenses, mas também realizaria “retaliações cruzadas” em serviços e propriedade intelectual. O governo brasileiro pode diminuir o valor das retaliações desde que os EUA suspendam o pagamento de alguns subsídios. A *Bloomberg* relatou que o Ministro da Agricultura brasileiro, Reinhold Stephanes, sugeriu em Bruxelas que o Brasil poderia até mesmo decidir pela não imposição de quaisquer sanções sobre os EUA e estaria satisfeito com uma vitória “moral”. O Ministro ressaltou as dificuldades da adoção de tais medidas contra a maior economia do mundo.

O Conselho Nacional do Algodão dos EUA, que representa a indústria, classificou a decisão do painel como “frustrante”, e notou que os preços mundiais do algodão aumentaram.

Os subsídios estadunidenses ao algodão têm sido uma questão controversa durante a problemática Rodada

Doha, na qual um grupo de quatro países da África ocidental (Benin, Burkina Faso, Chad e Mali) exige maiores cortes nos subsídios, diante dos prejuízos sofridos por seus produtores de algodão decorrentes da queda dos preços.

Um esboço de acordo apresentado em julho pelo presidente das negociações em agricultura sugeria que os subsídios ao algodão sofressem um corte de mais de 80%. Nesta ocasião, o negociador chefe dos EUA em agricultura descreveu a proposta como inaceitável.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 11, No. 38, 17 out. 2007.

FMI prevê menor crescimento mundial em 2008, mas afirma que o comércio pode reduzir desigualdades

O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou nova versão do relatório “*World Economic Outlook*”, que avalia o atual panorama da economia mundial e apresenta perspectivas e previsões para o final deste ano e para 2008. Em regra geral esse relatório é atualizado duas vezes ao ano, com o objetivo de revisar as previsões relativas ao crescimento econômico mundial.

O relatório encontra-se disponível desde 9 de outubro, mas o lançamento oficial ocorreu no dia 17, quando os representantes do FMI apresentaram os números oficiais relativos às previsões sobre crescimento econômico mundial e dos países individualmente considerados.

Menor crescimento econômico

Na versão do relatório de julho deste ano, o FMI prospectou um crescimento global contínuo de mais de 5% para o ano de 2007 e 2008, com base nos bons índices de crescimento verificados no primeiro semestre deste ano. A turbulência nos mercados financeiros causada pela crise do mercado hipotecário estadunidense, porém, fez com que a Organização revisasse para baixo as previsões relativas ao crescimento econômico global. Em julho, as previsões de crescimento global para 2008 eram de 5,2%. No relatório de outubro a previsão baixou em 0,4 ponto percentual, ou seja, espera-se um crescimento global de 4,8%.

Apesar da queda prevista, o crescimento econômico mundial continua vigoroso, em especial devido ao acelerado aumento do produto interno bruto (PIB) das economias emergentes. Atualmente, somente China, Índia e Rússia são responsáveis por metade do

percentual de crescimento global. Mesmo outros países em desenvolvimento (PEDs) e países de baixa renda da África, por exemplo, têm apresentado aumentos significativos no seu PIB.

Teme-se, porém, que maiores instabilidades nos mercados financeiros possam comprometer ainda mais o avanço da economia, já que as previsões foram feitas com base na presunção de que a estabilidade do mercado seja restabelecida nos próximos meses. O FMI ressalta, ainda, a existência de diversos riscos que podem levar a maiores quedas no crescimento econômico mundial, como as pressões inflacionárias, os voláteis mercados de petróleo, o impacto dos fortes fluxos de capitais nos mercados emergentes e as contínuas desigualdades globais.

Comércio e distribuição de renda

Um dos capítulos do relatório visa analisar os impactos da globalização financeira, tecnológica e comercial no combate à desigualdade dentro dos países. A conclusão é de que a desigualdade na distribuição da renda aumentou no âmbito global. O progresso tecnológico seria o principal responsável por este quadro nas últimas duas décadas.

Apesar desses impactos negativos da globalização tecnológica, o FMI ainda acredita que os efeitos da globalização na desigualdade são relativamente pequenos, especialmente nos mercados emergentes. A globalização do comércio foi defendida como um fator que contribui para a redução das desigualdades tanto em PEDs como em países desenvolvidos. O principal motivo seria a abertura dos mercados desenvolvidos para os produtos agrícolas de PEDs. O FMI entende que, nos países em que a agricultura ainda emprega uma larga escala da força de trabalho, o avanço na produtividade relativa agrícola contribui para a redução das desigualdades. O Brasil, juntamente com Argélia, Nicarágua e Tailândia, é um dos países citados como exemplo de que o comércio pode reduzir desigualdades na distribuição de renda.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

FMI. World Economic Outlook, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2007.

FMI. IMF forecasts slower growth in 2008, 17 out. 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2007/RES1017B.htm>>. Acesso em: 18 out. 2007.

BBC Brasil. FMI revê para baixo crescimento da economia mundial, 17 out. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071017_fmirescimentogeralbg.shtml>. Acesso em: 18 out. 2007.

BBC Brasil. Exportações agrícolas ajudam a reduzir desigualdade no Brasil, diz FMI, 10 out. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071009_brasilagriculturafmibg.shtml>. Acesso em: 18 out. 2007.

BREVES INFORMES REGIONAIS

Aprovadas novas medidas *antidumping* às importações brasileiras

Nos últimos dias 8 e 11 de outubro, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) 7 resoluções da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) que tratam da aplicação de direitos *antidumping* e da homologação de compromissos de preços para importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos da América (EUA), China, União Européia (UE), Alemanha e Chile.

A CAMEX é um órgão federal integrado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelos Ministros Chefe da Casa Civil, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Planejamento, Orçamento e Gestão. A aplicação de medidas de defesa comercial é determinada por resolução da CAMEX com fundamento em parecer do Departamento de Defesa Comercial (DECOM), órgão da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MDIC.

A SECEX é o órgão do MDIC responsável pela condução das investigações sobre práticas desleais ao comércio que possam causar dano à indústria brasileira. Sua função é comprovar a existência de *dumping*, dano e relação causal e recomendar ou não a aplicação de medidas compensatórias ou *antidumping*. Os procedimentos indicados à aplicação deste tipo de medidas devem estar de acordo com as regras estabelecidas pela OMC no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e no Acordo Antidumping – relativo à implementação do artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês).

Direitos *antidumping* provisórios

As medidas *antidumping* provisórias são aplicadas ainda no curso das investigações, após a constatação preliminar da existência de *dumping* e de dano à indústria local decorrente desta prática. O objetivo é impedir maiores danos durante o período de investigação. Além disso, é necessário que já tenham decorrido sessenta dias da data da abertura das investigações. Essas medidas somente poderão vigor pelo prazo de 4 meses, prorrogáveis até 6.

Os direitos *antidumping* provisórios recentemente aplicados pela CAMEX referem-se às importações brasileiras de resinas de policarbonato dos EUA e da UE e de índigo *blue* reduzido originário da Alemanha.

Direitos *antidumping* definitivos

Além das medidas provisórias, a CAMEX também fixou direitos de *antidumping* definitivos para as importações brasileiras de: (i) chapas pré-sensibilizadas de alumínio para a impressão de off-set, originárias dos EUA e da China; (ii) armações de óculos, com ou sem lentes corretoras, provenientes da China; e (iii) pedivela monobloco para bicicletas da China. Além dessas decisões, a CAMEX também reviu a aplicação de *antidumping* definitivo para pneus novos de bicicletas e aumentou a alíquota aplicada a esses produtos por entender que a atual não era mais suficiente para impedir os danos à indústria.

Os direitos definitivos são fixados ao término das investigações, que deve ocorrer no período de um ano após a abertura da primeira investigação ou, excepcionalmente, em 18 meses. Essas medidas terão vigência de, no máximo, 5 anos após sua aplicação ou a contar da data da conclusão da sua mais recente revisão.

Compromisso de preços

A CAMEX também homologou o compromisso de preços assumido por uma empresa chilena sobre as importações brasileiras de cartões semi-rígidos para embalagens.

Os compromissos de preços constituem formas de impedir a continuidade do dano à indústria brasileira sem a aplicação de direitos *antidumping*. Trata-se de um compromisso assumido voluntariamente pelo exportador de revisar os preços de seus produtos ou de cessar as exportações a preços de *dumping*. Esse compromisso também deverá durar até cinco anos.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

MDIC. Resoluções CAMEX nº 43 a 45, de 04 out. 2007 e 46 a 49, de 10 out 2007. Disponíveis em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/legislacao/resCamex/resCamex2007.php>>. Acesso em: 19 out. 2007.

Newsletter NetComex. Governo acelera processo de investigação de *dumping*. Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias.asp?id_tipo_noticia=1&id_secao=8&id_noticia=6218>. Acesso em: 19 out. 2007.

Gazeta Mercantil. DOU publica regras *antidumping* contra EUA, China e UE, 09 out. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=382026>. Acesso em: 19 out. 2007.

Argentina e Brasil elaboram proposta sobre TED nas negociações sobre subsídios à pesca

As negociações sobre as normas que regulam os subsídios à pesca, no marco da Rodada Doha, revelam sinais de progresso. Nesse sentido, o presidente das negociações descreveu as novas propostas como “bastante úteis” para a produção dos esboços de textos de negociação que serão apresentados aos Membros da OMC.

Não obstante, o Embaixador do Uruguai, Guillermo Valles Galmés, presidente do grupo de Negociação sobre Normas – que engloba as negociações sobre pesca –, afirmou que só poderia tornar públicos os textos depois que os presidentes dos grupos de negociação de agricultura e de acesso a mercados não-agrícolas (NAMA, na sigla em inglês) elaborassem seu próprio documento.

Alguns delegados consideraram a menção a um princípio de acordo como um sinal de avanço das negociações sobre normas, não obstante o ponto morto em que se encontram temas centrais como agricultura e NAMA.

Uma das novas propostas refere-se a uma apresentação conjunta feita por Argentina e Brasil (TN/RL/GEN/151, disponível em: <<http://docsonline.wto.org>>). Esta estabelece possíveis disposições sobre “Tratamento Especial e Diferenciado” (TED) para os PEDs a serem aplicadas nas futuras regras da OMC sobre subsídios à pesca. A proposta da Indonésia (TN/RL/GEN/150/Rev.1), por sua vez, que aborda quase todos os temas das negociações, também inclui possíveis regras para o TED.

As duas propostas foram discutidas durante a reunião do grupo de negociações sobre regras ocorrida na última semana de setembro. O presidente elogiou os dois textos por gerarem discussões importantes sobre um “tema crítico” como o TED.

Proposta de Argentina e Brasil recebe calorosas boas-vindas

Ao defenderem a proibição ampla em matéria de subsídios à pesca com exceções específicas, Argentina e Brasil afirmaram que a nova proposta representa uma convergência entre suas propostas individuais, apresentadas anteriormente. O Brasil destacou a importância de permitir que os países em desenvolvimento (PEDs) incrementem seus recursos pesqueiros de acordo com certas condições.

Em suma, a proposta sustenta que os PEDs deveriam ter a discricionariedade de manter os subsídios às indústrias pesqueiras para destiná-los à construção e reparação de barcos pesqueiros e para comprar combustíveis ou gelo, desde que não explorem espécies ameaçadas. Destaca-se, ademais, que tais subsídios poderão ser outorgados para utilizar contingentes de pesca acordados no marco de uma organização regional de ordenação pesqueira baseada em padrões internacionais. Os subsídios destinados às atividades relacionadas à subsistência dos pescadores e suas famílias também deverão ser permitidos. China, Tailândia, Equador, Chile, Índia e Costa Rica foram algumas das delegações que concordaram com a proposta.

A União Européia (UE) mostrou-se favorável, mas argumentou que era necessário esclarecer certas disposições para evitar abusos por parte dos PEDs. Os EUA declararam que o documento era muito valioso, mas lamentou o fato da proposta não prever TED para economias pequenas e vulneráveis. A Noruega, por sua vez, opôs-se à possibilidade de permitir que PEDs concedam subsídios a barcos pesqueiros que desenvolvam suas atividades em alto mar, posição apoiada pelo Japão.

Na semana passada, o Embaixador Valles Galmés havia convocado os Membros para continuar com as negociações, mas haja visto o clima e o panorama nas negociações principais (NAMA e agricultura), a possibilidade de seguir avançando na elaboração de um esboço de acordo deverá ser re-avaliada.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 4, No. 18, 16. out. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

23 e 24 de outubro

Reunião do Conselho TRIPS

24 de outubro

Reunião do Comitê Salvaguardas

25 de outubro

Reunião do Comitê de Regras de Origem

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

25 e 26 de outubro

Reunião do Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias

05 a 07 de novembro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

ONU

Informações: <<http://www.un.org/esa/ffd/>>.

23 e 24 de outubro

Diálogo de alto nível sobre financiamento do desenvolvimento

Local: Nova Iorque, EUA.

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=10&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2007&month=5&day=1>>.

29 de outubro

Workshop “Financial Reporting and Transparency in the Extractive Industries”

Local: Genebra, Suíça.

29 de outubro

Processo preparatório para a UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

30 de outubro a 01 de novembro
Reunião do grupo de trabalho intergovernamental de especialistas sobre padrões internacionais de contabilidade e prestação de contas
Local: Genebra, Suíça.

30 de outubro
Curso de treinamento sobre as principais questões da agenda econômica internacional
Local: Genebra, Suíça.

01 de novembro
Palestra sobre economias pequenas, vulneráveis e estruturalmente fracas
Local: Genebra, Suíça.

02 de novembro
Processo preparatório para a UNCTAD XII
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReunion es/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

22 e 23 de outubro
12ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas FOCEM
Local: Montevidéu, Uruguai.

22 a 26 de outubro
50ª Reunião do Comitê Técnico n. 02 de Assuntos Aduaneiros
Reunião Ordinária do Grupo *Ad Hoc* para o Código Aduaneiro do Mercosul
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais
Local: Montevidéu, Uruguai.

23 de outubro
Reunião do Grupo de Alto Nível de Assimetrias
Local: Montevidéu, Uruguai.

23 a 25 de outubro
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 08 sobre Agricultura
Local: Montevidéu, Uruguai.

24 de outubro
Reunião Preparatória da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Mercado Comum
Local: Montevidéu, Uruguai.

24 a 26 de outubro
Reunião Plenária da 34ª Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 5 sobre Transporte
Local: Montevidéu, Uruguai.

25 de outubro
6ª Reunião Extraordinária do Conselho Mercado Comum
Local: Montevidéu, Uruguai.

29 a 31 de outubro
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 02 sobre Aspectos Institucionais
Local: Montevidéu, Uruguai.

29 de outubro a 02 de novembro
Reunião do Comitê Técnico nº 01 sobre Tarifas e Nomenclatura
Local: Montevidéu, Uruguai.

30 e 31 de outubro
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 09 sobre Energia
Local: Montevidéu, Uruguai.

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

30 de outubro
Seminário sobre o acordo TRIPS e saúde pública
Local: Santiago, Chile.

31 de outubro
1ª reunião do grupo técnico macroeconômico da América Central, Panamá e República Dominicana
Local: Santiago, Chile.

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

23 de outubro
Lançamento da publicação "*Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation*"
Local: Genebra, Suíça e Washington, EUA.

23 a 25 de outubro
Workshop sobre reformas de políticas comerciais e agrícolas
Local: Taipei, Taipei Chinesa.

26 a 28 de outubro
 Conferência sobre o futuro das energias sustentáveis
 Local: Waterloo, Canadá.

30 e 31 de outubro
 Simpósio sobre os enfoques de inovação na prestação de serviços públicos
 Local: Madrid, Espanha.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Adiada novamente votação sobre ingresso venezuelano no Mercosul

Após adiar a votação sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul devido à agitação política gerada pelas declarações de Hugo Chávez em relação ao Congresso brasileiro, a Câmara dos Deputados decidiu, em 27 de setembro, adiar novamente a votação, desta vez para 24 de outubro. A justificativa foi a necessidade de atualização das informações técnicas sobre o país, que, de acordo com o líder do PSDB na Câmara, o deputado Arnaldo Madeira, são imprescindíveis para a análise.

VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos

A VII edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos será realizada em São Paulo, entre os dias 3 e 11 de novembro. Trata-se do encontro anual de ativistas e acadêmicos de direitos humanos da América Latina, África e Ásia, para troca de experiências e de estratégias de atuação. Para obter informações sobre o evento, escreva para coloquio@conectas.org, ou acesse o site <http://www.conectas.org/coloquio/>.

Evento debate passado e futuro do NAFTA

Organizado pela *IATP Events*, o seminário “*Lessons from NAFTA: Building a New Fair Trade Agenda*” tem como objetivo discutir os impactos positivos e negativos do NAFTA catorze anos após sua ratificação. O evento ocorrerá nos dias 22 e 23 de outubro, em Minneapolis, Minnesota. Os preços das inscrições variam de US\$ 75 a US\$ 150. Para mais informações, acesse o site <http://events.iatp.org/index.php?q=node/4>.

Universidade chilena sedia série de debates sobre coesão social na Iberoamérica

A Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Austral do Chile sediará, do dia 29 ao 31 de outubro, o evento “*III Jornadas Iberoamericanas de Profesores de Estudios Internacionales*”, cujo tema é Coesão social na Iberoamérica. Destaques das mesas

que compõem o evento são: “Coesão social, políticas públicas e processos de integração regional”, “Coesão social e grupos de especial vulnerabilidade”, “Financiamento da coesão social” e “Coesão social, cooperação inter-regional e comunidade iberoamericana”. Para mais informações sobre a programação e inscrições, acesse: <http://www.aepdiri.org/actividades/index.php>.

Índia precisa de mais reformas econômicas para ampliar benefícios do crescimento

De acordo com relatório publicado pela OCDE em 9 de outubro, o crescimento econômico anual da Índia poderia atingir uma taxa sustentável de 10% e atingir o país de forma mais homogênea se fossem realizadas mais reformas econômicas. A versão resumida do relatório pode ser acessada em: <http://www.oecd.org/dataoecd/17/52/39452196.pdf>.

FMI critica subsídios a biocombustíveis

O FMI publicou, em 17 de outubro, relatório semestral sobre as perspectivas para a economia global e o mercado mundial de biocombustíveis. O Fundo defende o fim dos subsídios e das barreiras comerciais dos quais os países ricos fazem uso para proteger produtores domésticos de biocombustíveis. O estudo pode ser acessado em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2007/RES1017A.htm>.

UNCTAD publica o *World Investment Report* de 2007

A versão de 2007 do “*World Investment Report*”, publicado anualmente pela UNCTAD, já encontra-se disponível para compra no site da organização. No relatório, são analisadas as tendências mais recentes de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), com forte atenção para o papel das empresas transnacionais na extração de petróleo, gás e metais. O documento custa US\$ 42. Mais informações, acesse o site da UNCTAD: <http://www.unctad.org/Templates/WebFlyer.asp?intltemID=4361&lang=1>.

Relatório do FMI afirma que China é o principal motor do crescimento mundial

De acordo com estudo publicado pelo FMI em 17 de outubro, China e Índia são os países que mais contribuem para a expansão mundial. O estudo pode ser acessado em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2007/RES1017B.htm>.

Conteúdo do Fórum Público da OMC de 2007 está disponível no site da OMC

Os arquivos em áudio das sessões do Fórum Público da OMC sobre o papel do Órgão de Solução de Controvérsias no comércio internacional, realizado nos dias 4 e 5 de outubro de 2007, na sede da Organização, encontram-se disponíveis no site da OMC. Foi criada uma página para cada uma das sessões, com *links* para os arquivos em áudio correspondentes, além dos documentos. Acesse: <http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum2007_e/programme_e.htm>

Conteúdo de palestra de Bhagwati disponível no site da OMC

O professor Jagdish Bhagwati, da Universidade de Columbia, deu uma palestra na OMC, em 8 de outubro, intitulada “*The consensus for free trade among economists – has it frayed?*”. O paper apresentado para a palestra pode ser acessado em: <http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/bhagwati_oct07_e.htm>; e o conteúdo da apresentação encontra-se disponível em áudio no seguinte link: <http://www.wto.org/audio/2007_10_08_bhagwati.mp3>

Chamada de trabalhos na área de Direito Internacional Econômico

A *Society of International Economic Law – SIEL* lançou chamada para propostas de painéis e artigos para sua conferência inaugural, cujo tema é “*New Horizons of International Economic Law*” e que ocorrerá em julho de 2008. As propostas devem ser enviadas até 15 de dezembro de 2007. Maiores detalhes podem ser encontrados em: <www.sielnet.org>.

Chamada para trabalhos sobre políticas e direito internacional relacionados à saúde

O “*Asian Journal of WTO and International Health Law and Policy*”, publicação da Universidade Nacional de Taiwan, lançou chamada de trabalhos para sua edição de março de 2008. O prazo de envio das propostas é 20 de novembro. Para mais informações, acesse: <http://www.law.ntu.edu.tw/center/wto/05publications.asp?tb_index=25>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

